CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E OS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES E COOPERATIVOS DE ENSINO

MARIA JOÃO ESTORNINHO
Professora Associada com Agregação da Faculdade de Direito de Lisboa
Catedrática convidada da Universidade Católica

ALEXANDRA LEITÃO
Professora Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Palavras-chave: contratos de associação; contratos administrativos; educação; serviço público; modificação unilateral; resolução unilateral.

Keywords: "contracts of association"; administrative contracts; education; public service; unilateral modification; unilateral termination.

Resumo: *O presente artigo tem por objeto a análise da natureza jurídica dos contratos de associação — contratos celebrados entre o Ministério da Educação e estabelecimentos de ensino particular para assegurar a gratuitidade do ensino aos alunos que não tenham vaga nas escolas públicas —, e do seu regime jurídico, especialmente no que respeita à formação, modificação e extinção. Quando a estes dois últimos aspetos, concluiu-se que, se ocorrer uma redução do número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que beneficiam do contrato de associação, justifica-se a modificação unilateral dos contratos no sentido da redução do montante do financiamento ou até a sua resolução unilateral por parte do contraente público.*

Abstract: *This article is about the so called "Contracts of Association" — contracts celebrated between the Government and private schools —, its legal nature and regime, especially in what concerns its formation, modification and termination. With regard to these two latter aspects, it was concluded that the public contractor may unilaterally modify or terminate the contract if there is a reduction of the number of students enrolled.*